

A AUSÊNCIA DA MULHER NO ENSINO DE HISTÓRIA

Érica Brites da Silva Fófano¹, Jussara Maria Tostes dos Santos Garcia²,
Clodoaldo Sanches Fófano³, Paulo Jonas dos Santos Júnior⁴

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a ausência da mulher no ensino de História. Uma prática que deve ser desenvolvida sem preconceito e discriminação, apesar do sistema educacional brasileiro ter sido formado a partir de pensamentos patriarcais e machistas, ancorados em estruturas androcêntricas. Além disso, discuti de que maneira a mulher ficou escondida no ensino de História, percebendo as estratégias discriminatórias. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa considerando as contribuições de autores como Aristóteles (1960), Beltrão & Alves (2004), Bourdieu (1999), Colling (2002), Ferro (1983), Michele Perrot (1998), Souza *et al.* (2010), além do Parecer n° 776/97 – CNE. E conclui-se que a dominação machista é um fato concreto e cotidiano. Ela deve ser combatida primeiramente em casa, depois na escola e na sociedade, provocando profundas alterações na forma como se educa,

1 Pós-Graduada em Política Social com ênfase em elaboração de projetos, pela Faculdade Redentor. Pós-Graduada em Estratégia de Saúde da Família, pela Faculdade Redentor. Pós-Graduada em MBA em Gestão Estratégica com Pessoas, pela Faculdade Redentor. Graduação: Serviço Social, pela Faculdade Redentor. Graduada em História, pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell (ISSED). E-mail: ericafofano@hotmail.com.

2 Pós-graduada em Docência do Ensino Superior (FSJ). Pós-graduado em Gestão Escolar, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduação em Ciências Sociais (FSJ). Docente da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro - SEEDUC/RJ. E-mail: jumaria2004@yahoo.com.br.

3 Mestre em Ciências das Religiões, pela Faculdade Unida de Vitória (FUV). Pós-graduado em Estudos Linguísticos e Literários, pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Pós-graduado em Gestão Escolar, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pós-graduado em Língua Latina e Filologia Românica, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pós-Graduando em Semiótica Discursiva, pela Universidade de Araraquara (UNIARA). Graduado em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell (ISSED). Graduado em Letras (Português/Espanhol), pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: clodoaldosanches@yahoo.com.br.

4 Doutorando em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (FUV). Especialista em História e Cultura do Brasil (UNESA). Licenciado em História (ISEED). Bacharel em Teologia (FAECAD). Psicanalista Clínico (FATEB). Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: aulojsjunior@hotmail.com.

a inclusão de um olhar feminino para derrubar essa barreira no sistema educacional, desfazendo os estereótipos em relação a papéis sexuais predominantes em materiais didáticos e livros-texto, de maneira que combata o tratamento discriminatório que tende a favorecer os homens na relação e na interação de sala de aula entre professor/a e educandos.

Palavras-chave: Ausência. Mulher. Ensino de História. Estruturas androcêntricas.

Controlar o passado ajuda a dominar o presente, a legitimar tanto as dominações como as rebeldias. Ora, são os poderosos dominantes Estados, Igrejas, partidos políticos ou interesses privados - que possuem e financiam veículos de comunicação e aparelhos de reprodução, livros escolares e histórias em quadrinhos, filmes e programas de televisão. Cada vez mais entregam a cada um e a todos um passado uniforme. E surge a revolta entre aqueles cuja história é "proibida". (Marc Ferro, 1983)

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a ausência da mulher no ensino de História. A docência na educação básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio, é exercida predominantemente pela mulher, contudo, o sistema educacional brasileiro foi estruturado por pensamentos patriarcais e machistas, ancorados em estruturas androcêntricas que desenvolvem grandes esforços para controlar o trabalho feminino.

Levando-se em consideração que o conhecimento produzido academicamente tem influenciado o ensino, de maneira que afeta os conteúdos e os métodos tradicionais de aprendizagem, entende-se que é possível mudar os pensamentos patriarcais que reproduzem uma sociedade desigual e controladora. Dessa forma, os dominantes perdem o poder, abrindo espaço para uma nova organização social e conseqüentemente educacional.

Portanto, as mudanças que foram ocorrendo ao longo da construção da sociedade, especificamente as que se relacionam à educação, trazem elementos que precisaram ser repensados, como já registrado anteriormente. A expansão escolar para o público diversificado culturalmente, as novas tecnologias, a intensa relação com as formas diversas de comunicação, apontam para a escola a necessidade de reformular a metodologia com as quais estavam sendo trabalhados os conteúdos.

A justificativa desta pesquisa evidencia-se pelos estudos feitos de Metodologia do Ensino de História. Sendo assim, compreende-se que em uma sociedade pós-moderna, faz-se necessário, por meio do ensino de História, lutar por uma sociedade igualitária e promover a equidade de gênero em nosso país, sem vincular a questão feminina como tema exótico à parte. Não

interessa nessa perspectiva uma unidade sobre a condição da mulher. Portanto, é indispensável ver a mulher na história integrada ao processo histórico.

Na historiografia oficial a mulher foi esquecida, fazendo com que a práxis do ensino de História assentasse-a. Mas as mulheres nunca estiveram afastadas da história. Essa tendência no ensino de História se intensificou nos discursos machistas que se materializam sutilmente como neutros nos livros didáticos através de linguagens variadas, desfazendo a compreensão de uma sociedade plural na complexidade das significações da experiência humana.

Apesar dos esforços de algumas estudiosas no assunto, ainda está para ser construída uma perspectiva educacional brasileira que leve em consideração as implicações das contribuições femininas para a teoria social e educacional. Isso porque a herança crítica em educação, embora renovada na teoria do social, permanece rigidamente apegada a esquemas marxistas fechados e estáticos de análises.

Diante desse quadro caótico, é imprescindível a discussão da temática proposta. Além de profundas alterações na forma como se educa, a inclusão de um olhar feminino para derrubar essa barreira no sistema educacional, desfazendo os estereótipos em relação a papéis sexuais predominantes em materiais didáticos e livros-texto, de maneira que combata o tratamento discriminatório que tende a favorecer os homens na relação e na interação de sala de aula entre professor/a e educandos.

Nesta perspectiva, construiu-se questões que nortearam este trabalho:

- De que maneira a mulher ficou escondida no ensino de História?
- Quais são as estratégias discriminatórias contra mulher na área do ensino de História?
- Qual é o papel da mulher no ensino de História?

Para construção do referencial teórico deste artigo, foram utilizados os seguintes autores: Aristóteles (1960), Beltrão & Alves (2004), Bourdieu (1999), Colling (2002), Ferro (1983), Michele Perrot (1998), Souza *et al.* (2010), além do Parecer nº 776/97 – CNE.

2 A MULHER ESCONDIDA NO ENSINO DE HISTÓRIA

As teorias educacionais e o conhecimento incorporado em sala de aula são controlados por princípios machistas, produzindo uma educação sexista. Assim, tanto as escolas quanto os currículos são contaminados por tais princípios, sem questionar o androcentrismo presente na sociedade em geral.

Desde Aristóteles a mulher é descrita como alguém inferior, pessoa digna de pouca confiança, escassa de inteligência, etc. A justificação da autoridade masculina é fundamentada no princípio de que o “macho é mais apto para a direção do que a fêmea e o velho mais apto do que o jovem”. Logo,

a mulher deve ser governada como se governa um cidadão, sem alternância no poder porque a mulher não tem autoridade (COLLING, 2002).

Dessa forma, Platão e Aristóteles não se receavam de afirmar as desigualdades dos sexos. Para tais filósofos, isso fazia parte da natureza. De tal modo a mulher foi marginalizada. Assim, diante de séculos de discriminação sexista, a tradição feminista em educação dirigiu-se unicamente às questões de acesso e desempenho da mulher no sistema educacional (ARISTÓTELES, 1960, p. 391). Salientam Beltrão & Alves (2004, p. 36)

A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade rural e na mão de obra escrava deu pouca atenção ao ensino formal para os homens e nenhuma para as mulheres. O isolamento, a estratificação social e a relação familiar patriarcal favoreceram uma estrutura de poder fundada na autoridade sem limites dos homens donos de terras. Segundo Ribeiro (2000), a tradição cultural ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira, considerava a mulher um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e a escrever. A educação monopolizada pela Igreja Católica reforçava o espírito medieval. A obra educativa da Companhia de Jesus contribuiu significativamente para o fortalecimento da predominância masculina, sendo que os padres jesuítas tinham apego às formas dogmáticas de pensamento e pregavam a autoridade máxima da Igreja e do Estado.

Por isso, então, dizer que o sujeito cartesiano, unitário e centrado, que está na raiz do projeto científico, é macho, branco e europeu. E por outro lado, a mulher foi concebida como um ser frágil, fraca, sem parâmetros, o que lhe faz um ser completamente e obrigatoriamente dependente do homem.

Corroborando com essa discussão, observa Michele Perrot (1998) que paradoxalmente, cabe a mulher, definida naturalmente, dotada de características relacionadas ao cuidado (carinho, amor, preocupação pelos outros, etc.). A responsabilidade de desenvolver o raciocínio lógico, científico é do homem, através do processo de escolarização. Portanto, o sujeito racional e pensante é masculino que por sua vez é produzido pela mulher através de sua suposta “feminina irracionalidade”.

3 ESTRATÉGIAS DISCRIMINATÓRIAS CONTRA MULHER NA ÁREA DO ENSINO DE HISTÓRIA

A mulher ficou escondida no ensino de muitas disciplinas, mas principalmente de História que é uma área do conhecimento que propõe lutar por uma sociedade mais justa e sem preconceitos. Para Bourdieu (1999, p. 47):

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas

como naturais. O que pode levar a uma espécie de auto depreciação ou até de auto desprezo sistemáticos, principalmente visíveis, na representação como as mulheres fazem (...) A violência simbólica se institui por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar a sua relação com ele mais do que instrumentos de conhecimento que ambos tem em comum e que, não sendo mais a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural.

Dentro dos sistemas de ensino, conforme destaca o sociólogo supracitado, sobre a relação de dominante e dominado, a mulher sempre exerce o papel de dominada, como se fosse incapaz de realizar a difícil tarefa de educar, formar cidadãos.

4 O PAPEL DA MULHER NO ENSINO DE HISTÓRIA

Para reverter esse quadro é preciso considerar seriamente maneiras de envolver o ponto de vista da mulher e a experiência feminina na escola e no currículo. Tal prática deveria começar pela formação oferecida nas faculdades de licenciatura. Isso possibilitaria uma maior visualização do problema e despertaria debates públicos em busca da igualdade, da heterogeneidade. De acordo com o Parecer nº 776/97 – CNE:

Os cursos de graduação precisam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Dessa forma, possivelmente, seria mais fácil intervir nos currículos escolares criticando seu androcentrismo e tendências sexistas. Assim sendo, compreender-se-á melhor todas as implicações sociais no estudo da História em sala de aula, quebrando paradigmas idealistas e racionalistas, profundamente enraizados nas práticas educacionais.

De acordo com Souza *et al.* (2010), a disciplina objetiva, seguindo as atuais diretrizes curriculares, “aparelhar o aluno para conhecer e atuar nos processos de construção da cidadania e democracia no país”.

Por outro lado, no ensino de História há certos problemas, um deles é a falta de historiadores, homens e mulheres que interpretem com maior frequência o estabelecimento dos fatos históricos que envolvem as mulheres. Existem poucos debates sobre as histórias das mulheres, a fim de contribuir com

o seu surgimento na sociedade. Com isso, diminuiria a dominação masculina na sociedade, na escola, no ensino de História.

Até porque estudar História vai muito além de aprender um determinado conteúdo. O ato de estudar História leva o educando a compreender sua própria construção enquanto ator social, fruto do processo histórico de constituição da sociedade, das relações de trabalho e de poder, podendo diante desse conhecimento, modificar seu contexto. Tal compreensão leva a formulação de ideias em determinado tempo e espaço, de forma que as comparações entre passado e presente, proporcionem reflexões através das quais se pode propor mudanças significativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dominação machista é um fato concreto e cotidiano; a desigualdade de gênero sempre fez parte do cenário brasileiro. Nos primeiros séculos da colonização, especialmente no período predominantemente agrário e rural, as mulheres não tinham acesso à escola, ao mercado de trabalho formal, sofriam com a mortalidade infantil e materna e não possuíam uma série de direitos civis e políticos.

Tais práticas discriminatórias devem ser combatidas primeiramente em casa, depois na escola e na sociedade. Muitas mulheres hoje têm conseguido ascensão no mercado de trabalho e em alguns casos sido o único sustento do lar. Isso é uma grande evolução na história da mulher que não nasceu simplesmente para desenvolver funções maternas no lar, como um ser dominado. Essa discussão precisa alcançar o âmbito escolar, transformar os currículos escolares.

Com as mudanças que vem ocorrendo ao longo da construção da sociedade, especificamente as que se relacionam à educação, trazem elementos que precisam ser repensados, reformulando a metodologia com as quais estava trabalhando os conteúdos. Agindo assim, o discurso sexista não será reforçado nos livros-texto da disciplina de História. As discussões sobre igualdade de gênero se tornarão amplas, criando uma sociedade plural e heterogênea, a partir de uma pedagogia libertária feminina, compreendendo as transformações pelas quais as sociedades passam.

Com essa nova proposta, a forma de educar mudará. A mulher deixará de ser vista como uma educadora do lar e para o lar, participando ativamente para o progresso educacional e a construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades para mulheres e homens. Ainda que essa equidade no Brasil já exista juridicamente.

Para se chegar a essas averiguações, construiu-se este artigo, que por certo servirá de enriquecimento para os estudos de Metodologia do Ensino de História, em especial quando o enfoque estiver relacionado à luta por uma sociedade igualitária, a fim de promover a equidade de gênero em nosso país, sem vincular a questão feminina como tema exótico à parte. Não interessa nessa

perspectiva uma unidade sobre a condição da mulher. Portanto, é indispensável ver a mulher na história integrada ao processo histórico.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Atena, 1960.

BELTRÃO, K.I., ALVES, J.E.D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais da ABEP**, Caxambu, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

COLLING, Ana. **O corpo que os gregos inventaram**. Artigo. Ijuí, 2002.

FERRO, Marc. **A manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

PARECER nº 776/97 – Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação – MEC.

PERROT, Michelle. **Histórias das mulheres no Ocidente**. Vol V. Porto: Afrontamento, 1994.

SOUZA, Renato João de. PIRES, João Ricardo Ferreira de. Os desafios do ensino de História no Brasil. **Revista Professores em Formação**. ISEC/ISED. Nº 01. 2º Semestre. 2010.